

## O BRASIL INDÍGENA E A GESTÃO ANTI-INDÍGENA

CLARICE COHN

UFSCar

(Comunicação preparada para a mesa *Policy Setbacks and Rights Reversals faced by Indigenous Brazilians under Bolsonaro and how to Fight Back*, organizada por William Fisher e Clarice Cohn e a acontecer como WMW Forum no Congresso SALSA XII Sesquiannual Conference 2019)

Início minha fala com as palavras de Sonia Guajajara, presidente da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), de que Luiz Henrique Eloy, advogado e antropólogo, Terena, que nos dá a honra de participar dessa nossa mesa, faz parte. Soninha, como é conhecida, comenta sobre as últimas décadas no que diz respeito às lutas por direitos pelos indígenas : primeiro, diz ela, lutamos para garantir nossos direitos; depois, para implementá-los; agora, para não os perder<sup>1</sup>.

Ela resume, assim, brilhante e concisamente, o que tem sido a batalha das últimas décadas. Depois de séculos de extermínio e projetos estatais e de outras fontes - como a Igreja - de integração, expulsão de terras, extermínio e cristianização, a década de 1980 viu surgir os primeiros movimentos nacionais indígenas, e a grande participação indígena na definição e na aprovação do capítulo “Dos Índios” na Constituição nacional - processo no qual Manuela Carneiro da Cunha, aqui presente, teve grande importância como presidente da ABA na época e no apoio à proposta apresentada pelos próprios indígenas, tendo a UNI, União dos Povos Indígenas, com Ailton Krenak e Alvaro Tukano, à frente. Esta foi certamente uma grande vitória, dando ao Brasil uma Carta que reconhece de modo contundente, uma das mais importantes em nível internacional, os direitos originários dos indígenas sobre as terras - que, define a Constituição, serão demarcadas para os povos com a posse da União e o usufruto vitalício dos indígenas -, o respeito a suas diferenças e culturas, a suas políticas e auto-gestão, e o respeito a suas culturas e desígnios em serviços como saúde e educação. Somado a isso, a ratificação pelo Brasil da Convenção 169 da OIT, que lhes garante o reconhecimento de sua auto-declaração e do

---

<sup>1</sup> Sua fala pode ser lida no livro dedicado a ela pela coleção Tembetá (Guajajara 2017) ou ouvida na entrevista que dá ao filme “Índio Cidadão?”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ti1q9-eWtc8>

consentimento livre e esclarecido sobre obras ou projetos que os impactem. Era na prática o fim da tutela a que estavam submetidos há décadas, e um reconhecimento amplo de sua existência, de sua cidadania plena (junto a seu direito à diferença) e de sua autonomia. Chegava o momento de colocar tudo isso em prática - e por exemplo a saúde indígena, primeiro ligada à FUNASA, atualmente um sub-sistema próprio ligado ao Sistema Único de Saúde (SUS), foi instalada a partir de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), com profissionais, equipamentos e procedimentos que visam atender às especificidades da saúde indígena e respeitar seus modos de anamnese, cura e prevenção e proteção à saúde; o mesmo em relação à educação, que ganhou a Coordenação de Educação Escolar Indígena no MEC, embora sua implantação local tenha sido mais difícil por ter sido municipalizada ou estadualizada, deixando as escolas ainda na mão de gestores municipais ou estaduais, mal preparados para sua gestão. Mas programas de formação de professores indígenas foram incentivados, e várias escolas são hoje indígenas da gestão ao alunato. Conselhos diversos com participação indígena para debater seus direitos e implantação foram criados. E tudo isso, em seu conjunto, está sob risco hoje.

Assim, a mobilização indígena se fortalece, desde a “base” até suas Organizações formais como Associações, Federações, Articulações e etc., contando sempre com aliados, com Organizações Não-Governamentais, antropólogos e linguistas, indígenas e não-indígenas, sediados em Universidades ou no Estado, de entidades como a Associação Brasileira de Antropologia, ABA, aqui também presente, e com apoio internacional, além dos indigenistas da FUNAI, etc. e participa do debate público e da implantação dos serviços do Estado por meio dos conselhos. Infelizmente, temos que reconhecer que não é de hoje, a partir das últimas eleições, que essa reversão dos direitos indígenas tem se dado. Ou que a vitória tenha sido algum dia total ou definitiva. Veja-se o caso da demarcação de terras: definido na promulgação da Carta um prazo de cinco anos para que todas as terras ainda não demarcadas o fossem - o que significaria 1993 -, ainda hoje, em 2019, temos muitas terras ainda não demarcadas ou sequer reconhecidas, invadidas, e conflitos fundiários em todo o território nacional, com um índice enorme de assassinato de lideranças, e o grito “**Demarcação Já**” marca o movimento e as manifestações indígenas.

Para além da omissão quanto à demarcação de terras, os últimos governos têm sido omissos em diversos outros direitos constitucionais ou ratificados em documentos internacionais, como o direito de serem ouvidos quanto a projetos que lhes impactem. Este é um tema caro a mim, em

que gostaria de me demorar um pouco mais. Trata-se do desrespeito a todos os direitos indígenas acima arrolados nos processos de licenciamento ambiental para grandes empreendimentos, uma omissão e infração estatal e das empresas aos direitos indígenas a que temos prestado, me parece, pouca atenção nos fóruns de debate. Se as Terras Indígenas não foram demarcadas no prazo estabelecido, estando o Estado em falta há 25 anos, os processos de licenciamento ambiental também sofre com omissões do Estado na garantia dos direitos, tanto constitucionais quanto os da Convenção 169. E isso, infelizmente, desde as gestões petistas, com o desenvolvimentismo da gestão e os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2), desde antes do Golpe de 2016 – o impeachment parlamentar da Presidenta Dilma Roussef – e da eleição de Bolsonaro e sua trupe. Na prática, o que se viu foram acelerações artificiais nos processos de licenciamento ambiental, que no fim levou a desrespeitos dos direitos indígenas formalmente reconhecidos. Tratarei então com mais vagar do caso que acompanho e testemunho de perto, o processo de licenciamento ambiental de Belo Monte, Usina de Aproveitamento Hidrelétrico construída na Volta Grande do Rio Xingu, no Pará, para onde aflue o Rio Bacajá, que corre na Terra Indígena Trincheira-Bacaja, dos Xikrin, com quem tenho convivido e acompanhado em suas lutas. Em todo o Brasil, o direito à consulta tem sido desrespeitado. Pelo Brasil afora, protocolos de consulta têm sido feitos pelos indígenas para que se respeite seus processos decisórios<sup>2</sup>, em resposta ao fato de que o Estado, a FUNAI incluída, tem dito que não se sabe ainda como fazer as “oitavas indígenas”, termo cunhado para o processo de licenciamento que deveria apenas traduzir uma audiência pública que levasse em conta a pluralidade linguística e cultural indígena. Sob esse pretexto, simplesmente não se realiza as oitavas indígenas. De todas as hidrelétricas planejadas pelos governos anteriores, apenas uma foi impedida de ser construída, a que fecharia o Rio Tapajós, principalmente pela resistência dos povos que lá vivem, com muito protagonismo indígena, em especial os Mundurucu e os Borari. Veremos o quanto essa resistência poderá durar com o novo governo. Belo Monte, no entanto, como demonstram as pesquisas de Fearnside (2018), foi, de todas as usinas, a que mais teve repercussão midiática e manifestações de repúdio locais e de especialistas (Oliveira e Cohn 2010, e o Painel de Especialistas realizado pelo Instituto Socioambiental [Magalhães e Hernandez 2009]). Demonstrou-se por diversos meios e por várias especialidades –

---

<sup>2</sup> Cf. <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta-dos-povos-indigenas> para consultar tais protocolos e a atuação do MPF.

de economistas como Montañó 2010, engenheiros hidráulicos como Bermann (2012), cientistas sociais, (Fisher 2014, Lins Ribeiro 2014, Cohn 2014, Pascuet e Ribeiro 2014, Patricio 2014, Vieira 2014 e Wagner 2014), juristas (Rojas 2014, Beltrão, Palmquist e Rabelo 2014, Beltrão, Oliveira e Pontes 2014) –, e em especial pelos ribeirinhos, indígenas e pequenos garimpeiros das ilhas do Xingu, em diversas mídias, documentos, reuniões, manifestações, e nas ocupações das obras. Oswaldo Sevá, prestigioso pesquisador ligado à UNICAMP, dedicou anos denunciando a ineficácia da obra, desproporcional a seu impacto. Na mídia, Eliane Brum dedicou grande parte de suas colunas, sempre muito precisas e contundentes, vinculadas em um jornal de grande respeitabilidade como é o El País, aos problemas de Belo Monte, desde seu planejamento e construção até os impactos vividos pelas populações atingidas. Os indígenas ocuparam por quatro vezes a obra em construção, dessa vez, porém, sem receber muita cobertura midiática. Em uma das vezes, e, não devemos esquecer só porque a situação foi ficando cada vez pior, enfrentando repressão policial pelo governo Dilma, que mandou a Força Nacional para reprimí-los, tendo por resultado seis xikrin atingidos por balas de borracha em uma ocupação pacífica. Filmes diversos foram feitos sobre a situação, de novo sem o impacto que eu esperaria<sup>3</sup>. Indígenas e ribeirinhos participaram de eventos acadêmicos e de coletivas para a imprensa, como na Reunião Brasileira de Antropologia em 2012<sup>4</sup>, ou na ANPOCS de 2014, ambas com participação indígena; diversas moções foram aprovadas em Assembléias nestas Associações Científicas e encaminhadas ao governo – a que se soma uma moção redigida e divulgada pela SALSA.

Nada porém parecia ter como resultado uma comoção para além da região que nos ajudasse a impedir a construção da obra. De fato, a região de Altamira, que conheço bem faz quase três décadas, foi sempre uma espécie de buraco negro do indigenismo, e é uma região de constante impacto e pressão ambiental, histórico de desmatamento e atividades ilegais desde a construção da Transamazônica, e de violências contra ambientalistas e pessoas que lutam pelos direitos humanos – Zé Carlos Arara ficou sob proteção policial por anos, Dorothy Stang foi assassinada

---

<sup>3</sup> Cf. por exemplo “Belo Monte: o anúncio de uma guerra”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=091GM9g2jGk>, “Belo Monte: depois da inundação”, disponível em <https://vimeo.com/181830626>, e “Eu+1: Uma jornada de saúde mental na Amazônia”, disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=IG\\_DdW4znCE](https://www.youtube.com/watch?v=IG_DdW4znCE).

<sup>4</sup> 28a. Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum “Belo Monte e os Povos Indígenas”, organizado pela Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia, 2012; 36o. Encontro Nacional da ANPOCS. Mesa “Belo Monte e a Questão Indígena”. 2014. Participei, a primeira como organizadora e palestrante, a segunda como palestrante, de ambas.

na região (de fato em assentamento vizinho à Terra Indígena Trincheira-Bacajá), o Bispo da Prelazia do Xingu Dom Erwin Kräutler já estava há nove anos sob proteção policial até se retirar do cargo, onde atuava desde 1965 aparentemente incansável, mas se dizendo derrotado finalmente por Belo Monte<sup>5</sup>. Dom Erwin ouviu de Lula o mesmo que o grande líder Raoni – de que Belo Monte não ia ser enfiada goela abaixo – e o viram fazendo exatamente isso. Ele também ouviu de Dilma (com quem não havia diálogo, disse) o que a grande liderança local Dona Antonia Melo ouviu – que Belo Monte iria sair de qualquer jeito<sup>6</sup>. E a construção da obra coincidiu com a reestruturação da FUNAI, tendo como impacto local uma FUNAI desestruturada que não conseguia acompanhar o processo devidamente. No âmbito nacional, técnicos contrários ao modo como estava se dando o processo de licenciamento eram transferidos de função, e documentos que diziam que se podia dar a licença de implantação da obra mesmo sem as condicionantes terem sido cumpridas, na condição de que as condicionantes fossem cumpridas (parece piada mas não é), foram emitidos pela presidência do órgão, à época sob responsabilidade de Márcio Meira, antropólogo de formação (mais um dos paradoxos da obra, que a faz quase inacreditável ou uma espécie de pesadelo de que se quer acordar mas nunca acaba).

Atualmente, a obra construída, e apenas um pouco mais da metade das turbinas estão instaladas e ativas - como já previam os engenheiros que buscavam mostrar sua ineficácia - e ribeirinhos foram reassentados em vilas urbanas longe do rio, sem sequer árvores para sombrear a vida, restando aos indígenas, os Arara da Volta Grande, os Juruna do Paquiçamba e os Xikrin do Bacajá, testemunhar a seca de seus rios, a falta de peixes, e lidar com as diarreias e doenças de pele de suas crianças. Mas não posso falar apenas de desgraças e omissões - os indígenas, inimigos históricos entre si, estão conseguindo se articular melhor, e o MPF local tem atuado com muita força e eficiência, inclusive conseguindo reverter parte dos impactos para os ribeirinhos, com o apoio da SBPC, com uma equipe de que Manuela Carneiro da Cunha, aqui

---

<sup>5</sup> <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dom-erwin-krautler-deixa-prelazia-do-xingu,1815315>  
<https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2014/05/bdom-erwin-krautlerb-do-que-lula-prometeu-nada-foi-cumprido.html>  
<http://elianebrum.com/opiniao/colunas-na-epoca/dom-erwin-krautler-lula-e-dilma-passarao-para-a-historia-como-predadores-da-amazonia-2/>

<sup>6</sup> Quem nos conta é Eliane Brum em matéria que tem por subtítulo “as mulheres que a primeira presidente prefere não escutar”, em 2012, em sua coluna, disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/devemos-ter-medo-de-dilma-dinamite.html>

conosco hoje, participou, mas sofrendo com a resistência do judiciário que mantém paradas mais de 30 ações que saíram de Altamira.

Atualmente, o Plano Básico Ambiental não foi realizado adequadamente - até hoje, portanto, as condicionantes não foram cumpridas - e está disperso em inúmeras empresas que não têm experiência para atuar em Terras Indígenas. E os velhos Xikrin dizem: só restará aos nossos netos, tendo ficado seco o rio, sobreviver de ratos e sapos.

Altamira, e Belo Monte, é um caso extremo, que tivemos - eu me incluo nisso - o enorme azar de acompanhar, e lutar contra, sem sucesso<sup>7</sup>. Mas isso nos mostra que a situação já vem difícil de há muito, e que a terceira fase de que dizia Soninha, a de lutar para não perder os direitos conquistados, já vinha desde antes do Golpe de 2016 que retirou Dilma do poder em um “impeachment parlamentar”. Aos que, incomodados, me ouvem se perguntando porque trago essa história, já que, afinal, agora tudo piora, só tenho a dizer que a trago porque ela nunca pode ser esquecida. Quando estava acontecendo, falar mal de Belo Monte era considerado um crime ao PT e um desrespeito por tudo de bom ele fazia – e não conseguimos a repercussão que a gravidade do caso exigia em mobilização e sensibilização; com o Golpe, devíamos nos calar porque era o PT que estava em jogo; mas não podemos nos calar sempre, e agora, em que a esquerda brasileira tem que se rever, mais do que nunca, temos que rememorar seus erros. No entanto, é fato, agora tudo piora de um modo que o pesadelo parece virar um verdadeiro filme de terror que nos trago para sua trama. Aquele que hoje ocupa a cadeira da Presidência já anunciava em sua campanha que em seu governo nem um milímetro de terra a mais seria demarcado para indígenas. Em seu primeiro dia de mandato, teve por primeiro alvo a FUNAI. Em poucos mais de 100 dias de mandato, retirou a FUNAI do Ministério da Justiça, colocando-a no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (sob a impensável justificativa de que a ministra “amaria” os indígenas, tendo ela mesmo adotado uma menina indígena, uma história que envolve diversos processos judiciais de roubo de crianças indígenas por entidades evangélicas de que a ministra fazia parte, contada até por uma revista mensal de grande circulação, a *Época* [Portinari & Sassine, 2019]), deixou a demarcação de terras nas mãos dos

---

<sup>7</sup> No momento em que escrevo, pesquisas do Imazon relatam aumento de 50% do desmatamento na Amazônia, sendo os Municípios de José Porfírio e Altamira, ambos os municípios de referências das TI impactadas por Belo Monte, os primeiros do ranking, e a TI Apyterewa, dos Parakanã, vizinhos dos Xikrin, entre as 10 Áreas Protegidas com Maior Pressão – cf. <http://conexaoplaneta.com.br/blog/desmatamento-na-amazonia-aumenta-mais-de-50-em-janeiro/>

ruralistas, propôs flexibilizar ainda mais os processos de licenciamento ambiental, fazendo com que cada empresa interessada conduzisse seus estudos de impacto para acelerar o processo e diminuir custos - lembro que já em Belo Monte vimos a aceleração do processo mesmo com o protocolo existente..... -, fala em acabar com conselhos participativos que fazem hoje parte da gestão estatal no Brasil, propõe a municipalização da saúde Indígena, acabando com os DSEIs e todo um aparato e capacitação institucional preparados para atender o direito à saúde diferenciada para os indígenas.

Tudo isso só pode acontecer, desde antes do golpe de 2016, como dizíamos, porque já havia pouca capacidade de mobilização, em geral, que vinha se perdendo gradativamente, contra este tipo de ação. No Brasil, temos nos perguntado, diariamente, como não percebemos este monstro nutrido por ódio e rancor que tomou o poder e que vinha crescendo sob nossos narizes sem que o percebêssemos (só os que não se perguntam, e já estavam preparados para a luta, repetimos, são os indígenas, que nunca deixaram de lutar). Ele está no poder agora, e se há algo de positivo que se começa a entrever é que, aos poucos, e desproporcionalmente rápido diante da vertiginosa sanha do novo governo de destruir tudo o que havia sido conquistado desde a redemocratização na década de 1980 - cite-se a rede de proteção aos mais vulneráveis, a iniciativas de humanização da força policial, ao debate sobre direitos humanos, aos reconhecimentos das diferenças, mas também a reforma da previdência e os ataques à universidade pública, para não se estender nos horrores dos sobressaltos diários com as manifestações públicas dos governantes, racistas, homofóbicas, armamentistas, que fazem apologia à violência, etc., -, o que se começa a entrever, dizíamos, é a percepção de que as esquerdas devem se unir e que novas formas de resistências não de ser encontradas.

Paradoxalmente ou não, as pessoas ganham as ruas de novo para lutar por seus direitos. Logo antes das eleições, milhares de pessoas foram às ruas para gritar #elenão, em um movimento espontâneo capitaneado por algumas mulheres que iniciaram o hashtag que ganhou as redes sociais e depois as ruas. Secundaristas tomaram as escolas para lutar pelo seu direito a uma boa educação. E o movimento indígena, a meu ver, é hoje uma das maiores potências de resistência no Brasil contemporâneo. Uma das parcelas da população brasileira mais atingida pela proposta de gestão, chega a ela, ao contrário de outros movimentos históricos no Brasil, mais unida do que nunca. As mulheres indígenas, de que Jozi Kaingang é uma representante das mais fortes, em sua militância, em sua atuação como pesquisadora e formadora (ela é Coordenadora da Licenciatura

Intercultural na UFSC), como guerreira que fez parte das retomada de terras de seu povo, que também sofre com barragens e expulsões, são uma força tremenda, que já anunciaram uma manifestação para agosto em Brasília. 2019 viu a 15a. Edição do Acampamento Terra Livre, o ATL, que reuniu milhares de indígenas em Brasília para debater entre si e demandar junto a parlamentares seus direitos, mesmo tendo o governo anunciado dias antes que levaria a Força Nacional às ruas para conter a violência que esperava deste que aquele que ocupa a cadeira de presidente chamou em seu Twitter de “encontrão de índios”.

A necessidade de se mobilizar e lutar contra os regressos dos direitos conquistados, como vimos, já vinha desde antes do novo governo - e por isso mesmo não pegou os indígenas de surpresa, mas, ao contrário, preparados e atentos, mobilizados, tendo eleito seus próprios parlamentares, com organizações fortes. O risco é imenso - porque se a coisa já estava ruim antes, agora ela não é só promessa de campanha e primeira medida de governo, mas explicitada e expressada a cada dia pelos governantes. Mas devemos ouvir os indígenas: se eles resistem há 519 anos, vão continuar resistindo. Soninha, de novo, em discurso recente, disse: morreremos, muitos, mas continuaremos resistindo e não abriremos mão de nossos territórios e do nosso direito aos nossos modos de vida.

E quem tem medo de formiga não assanha o formigueiro. Espero ao menos duas coisas: que nós, os não-indígenas como eu, possamos continuar a ser os aliados engajados e competentes que temos sido, ou ao menos já fomos - já falamos da Constituinte -, e que logo o governo veja que ele deveria ter temido mais as formigas, que achavam serem inócuas, quando por exemplo deslegitima uma grande manifestação como a ATL como sendo um “encontrão”, palavra nem dicionarizada, mas que, como disse, mal definia o que hoje é a expressão máxima do movimento e da capacidade de mobilização indígena, que, como disse também, e repito, acho que é das maiores, se não a maior, forças de resistência no Brasil hoje.

BELTRÃO Jane Felipe; OLIVEIRA Assis da Costa; PONTES Jr Felício. 2014. Significados do direito à consulta: povos indígenas versus UHE Belo Monte. In : Oliveira, João Pacheco; Cohn, Clarice. (Orgs.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Brasília: ABA

BERMANN, Célio. 2012. O projeto da usina hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. In: *Novos Cadernos NAEA*, vol. 15, n. 1.



- Cohn, Clarice. 2010. Belo Monte e processos de licenciamento ambiental: As percepções e as atuações dos Xikrin e dos seus antropólogos. *R@U : Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v. 2, p. 224-251
- COHN, Clarice. 2014. O fim do mundo como o conhecemos: os Xikrin do Bacajá e a barragem de Belo Monte. In: Oliveira, João Pacheco; Cohn, Clarice. (Orgs.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Brasília: ABA.
- FEARNSIDE, P. M. 2018. A Barragem de Belo Monte: lições de uma luta por recursos na Amazônia. In.: J.A. Herrera, M.M.A. Cavalcante (orgs), *Hidrelétricas da Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influência das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia)*. Belém & Joinville. GAPTA, Universidade Federal do Pará, Clube dos Autores Publicações.
- FISHER, William H. 2014. O contexto institucional da resistência indígena a megaprojetos amazônicos. In: Oliveira, João Pacheco; Cohn, Clarice. (Orgs.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Brasília: ABA
- GUAJAJARA, Sonia 2017. Coleção Tembetá. Rio de Janeiro, *Azougue Editorial*.
- LINS RIBEIRO, Gustavo. 2014. Quanto maior melhor? Projetos de grande escala: uma forma de produção vinculada à expansão de sistemas econômicos. Oliveira, João Pacheco; Cohn, Clarice. (Orgs.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Brasília: ABA
- MAGALHÃES, Sônia e Hernandez, Francisco. 2009. *Painel de Especialistas. Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. In: [https://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/Belo\\_Monte\\_Painel\\_especialistas\\_EIA.pdf](https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf)
- MAGALHÃES, Sônia B.; CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (coord.). 2017. *A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte. Relatório da SBPC*. São Paulo, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Disponível em <http://portal.sbpcnet.org.br/livro/belomonte.pdf>.
- MANTOVANELLI, Thais. 2016. *Os Xikrin do Bacajá e a Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma crítica indígena à política dos brancos*. Tese (Doutorado), PPGAS/UFSCar.
- MONTANÕ, Marcelo. 2014. Planejamento às avessas: os descompassos da Avaliação de Impactos Sociais no Brasil. In: Oliveira, João Pacheco; Cohn, Clarice. (Orgs.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Brasília: ABA
- OLIVEIRA, J. P.; COHN, CLARICE (Orgs.) 2014. *Belo Monte e a Questão Indígena*. Brasília: ABA, 337p
- PORTINARI, Natália & SASSINE, Vinicius. 2019. A história de Lulu Kamayurá, a índia criada como filha pela ministra Damares Alves. In: *Revista Época*. Disponível em

<https://epoca.globo.com/a-historia-de-lulu-kamayura-india-criada-como-filha-pela-ministra-damares-alves-23416132>

ROJAS, Biviany. 2014. (Des)cumprimento das condicionantes socioambientais de Belo Monte. In: Oliveira, João Pacheco; Cohn, Clarice. (Orgs.). *Belo Monte e a Questão Indígena*. Brasília: ABA